



**INFORMATIVO**

**O TUIUTI**



**ÓRGÃO DE DIVULGAÇÃO DA ACADEMIA DE  
HISTÓRIA MILITAR TERRESTRE DO BRASIL/RIO GRANDE DO SUL (AHIMTB/RS)  
- ACADEMIA GENERAL RINALDO PEREIRA DA CÂMARA -  
E DO INSTITUTO DE HISTÓRIA E TRADIÇÕES DO RIO GRANDE DO SUL (IHTRGS)  
370 anos da Primeira Batalha dos Guararapes -100 anos da participação do Brasil na I GM  
ANO 2018 Maio Nº 274**

## **O surgimento do Portugal moderno: a Batalha de Aljubarrota de 1385 e seus desdobramentos - Rayanne Gabrielle**

A Batalha de Aljubarrota foi a consequência final - e bem sucedida - de um processo de sucessão dinástica em Portugal no contexto medieval. Ocorrida em agosto de 1385, caracterizou-se pela luta de D. João, Mestre de Avis, bastardo do falecido rei de Portugal Pedro I, contra as forças do rei D. Juan I, rei de Castela, pelo trono português logo após a morte do rei Fernando I, meio-irmão do Mestre de Avis e cuja única filha, Beatriz, era casada com o rei de Castela. A situação pela qual Portugal passava, enfrentando fome, crise econômica e política agudas, além de ameaças as suas ainda frágeis fronteiras, levaram à disputa pelo trono português, com o propósito não só de consolidação de poder político-militar monárquico, como também de reconstruir a economia portuguesa debilitada e atender aos interesses distintos em conflito no país.

A crise portuguesa se desenrolou com a ascensão de Fernando I ao trono português, após a morte de seu pai, Pedro I. Casado com Leonor Teles, Fernando I deixou-se influenciar pela rainha e seus partidários e encabeçou três dispendiosas guerras contra o reino de Castela, o que levou a economia do reino à ruína. Entendendo ser a melhor solução para o país uma aliança com Castela, no ano de 1383 o rei cedeu às pressões e casou sua única filha e herdeira, D. Beatriz, com o rei de Castela, Juan I. O casamento veio acompanhado pelo Tratado de Salvaterra dos Magos (06 de abril de 1383), que também previa, além do matrimônio, a ascensão ao trono de Portugal dos herdeiros de Castela por meio de D. Beatriz. Com a Coroa portuguesa passando aos herdeiros de Castela, a capital do reino seria transferida para Toledo, o que culminaria na junção dos dois reinos e o fim da independência portuguesa conquistada nos idos do século XII. Com a morte do rei D. Fernando I em outubro do mesmo ano, a inconformidade popular foi instantânea: D. Leonor Teles, rainha e agora regente de Portugal, contava com que a filha e o genro castelhano fossem aclamados reis de Portugal, provocando tumultos em várias cidades e vilas, bem como a oposição contra a rainha e o conde de Andeiro, seu amante, por parte da nova nobreza em relação à tomada de decisão em alienar a autonomia do reino em prol dos castelhanos. A revolta popular crescia e ansiava por um líder, encontrado no seio da Ordem de Avis e sem negar o sangue real do qual provinha: João, um dos vários filhos bastardos do rei Pedro I, portanto, meio-irmão do rei D. Fernando I.

Em 6 de dezembro, D. João, Mestre de Avis, ou simplesmente D. João de Avis, mata o conde de Andeiro, dando início oficial a luta pelo trono português e assumindo a chefia da revolta popular.

Apoiado por vários nobres não primogênitos e bastardos, os quais ansiavam por seu lugar ao sol, por comerciantes, pela burocracia nascente e pela população inconformada e descontente, esperançosa pela alteração dos *status quo* vigente, o Mestre de Avis, juntamente ao jovem militar D. Nuno Álvares Pereira, encabeçam a oposição contra o rei de Castela, declarando-lhe guerra. Fausto (2013, p. 22) lembra que alguns historiadores consideram a chamada Revolução de 1383 uma revolução burguesa, dado o caráter de seus apoiadores. Contudo, ela reforçou e centralizou o poder monárquico a partir da política implantada pelo Mestre de Avis, considerado um ponto fundamental quando se trata a respeito dos motivos que levaram Portugal a empreender primeiramente a expansão marítima anos depois.

Nomeado Regedor e Defensor do reino de Portugal, D. João de Avis reorganizou as forças militares, lideradas por D. Nuno Álvares Pereira, nomeou João das Regras como novo chanceler, contraiu empréstimos, cunhou e desvalorizou a moeda, enviou embaixadas à Inglaterra em busca de apoio e deu início a tomada dos castelos e postos importantes do reino, de modo a afastar os castelhanos (SOUSA, 2009, p. 150). Com o encarceramento da rainha D. Leonor Teles em um convento, o caminho estava livre para D. Juan de Castela invadir e cercar com suas tropas Portugal e tentar assumir o controle do território cobijado em 1384, violando o tratado e autoproclamando-se rei de Portugal, com o apoio explícito da nobreza tradicional portuguesa. A guerra se alastrou por diversas províncias lusitanas e mostrou todo o sofrimento a que o povo português estava submetido, apesar de participar ativamente da defesa do reino em meio ao conflito. Conforme aponta Martins (2010),

O exército castelhano desceu sobre Lisboa, e este segundo cerco da capital (1384) foi mais cruel ainda do que o primeiro, no tempo de D. Fernando. Veio a fome perseguir os heroicos lisboenses, que andavam já doentes das coisas que comiam. Por fora a peste alastrava, porém, de cadáveres os arraiais castelhanos; e quando, um dia, a rainha de Castela, pretendente de Portugal, adoeceu também, os inimigos levantaram o cerco.

Mesmo em meio às dificuldades, os portugueses liderados pelo Mestre de Avis seguiam vitoriosos e, ao final do cerco malgrado dos castelhanos, o próprio D. João foi venerado pela população como o "Messias de Lisboa", não tardando a ser aclamado rei de Portugal após a convocação das Cortes de Coimbra em abril de 1385 (LENCASTRE, 2012; SOUSA, 2009, p. 151), suplantando a possibilidade de um terceiro pretendente ao trono, o príncipe também bastardo D. João de Castro, filho de Pedro I, tomar o poder. D. João de Castro estava encarcerado em Castela pelo rei D. Juan I, sem tomar parte direta das lutas contra a ocupação castelhana de Portugal. Após os êxitos obtidos nas Batalhas dos Atoleiros (1384) e de Trancoso (1385), abriu-se o caminho para o alcance da vitória definitiva no dia 14 de agosto de 1385, na que ficou conhecida como Batalha de Aljubarrota, uma das mais importantes da história de Portugal e que definiu os rumos que o país tomaria durante os séculos subsequentes diante do cenário internacional.

Proclamado rei de Portugal, D. João I de Avis nomeia D. Nuno Álvares Pereira Condestável do Reino e ambos discutem o melhor método de dar combate as forças de Juan de Castela, que invade Portugal com suas tropas através de várias províncias. A dúvida persistia entre iniciar uma batalha contra o inimigo ou se utilizar da guerrilha para removê-lo em definitivo de volta à Castela, vencendo a primeira opção. Localizada entre as províncias de Leiria e Alcobaça, Aljubarrota encontrava-se numa região de planalto (planalto de São Jorge), meticulosamente preparada pelos portugueses com fossos e "covas de lobos", de modo a enfrentar um exército muito superior ao seu. Em números, o exército castelhano girava em torno de 20 a 30 mil combatentes, dotados de uma cavalaria pesada composta por 2 mil franceses, gascões e bearneses, contra cerca de 10 mil homens de armas lusitanos, apoiados pelos britânicos (SOUSA, 2009, p. 151; MARTINS, 2010), uma clara evidência da

desvantagem portuguesa. Militarmente falando, a batalha foi representativa da evolução dos sistemas e dispositivos táticos utilizados na guerra ocidental europeia, desenvolvida ao longo da Guerra dos Cem Anos no continente, com o uso da cavalaria pesada e a ascensão do uso do corpo de infantaria, capaz de desbaratar tropas montadas mesmo em desvantagem numérica. Ambos combinados (cavalaria e infantaria), usando lanças, bestas e arcos, o exército podia utilizar uma estratégia ofensiva e uma tática eminentemente defensiva, tendo em Aljubarrota o amadurecimento do que foi considerado um novo sistema militar que veio a ser empregado nas guerras seguintes. Foi essa combinação que o exército luso-britânico utilizou na batalha contra os castelhanos, obtendo uma esmagadora e rápida vitória. Martins (2010) ainda nos dá uma mostra da estratégia utilizada pelas forças vitoriosas ao afirmar que

Aljubarrota respondeu com as armas à eloquência das cortes; e, vitorioso, no conselho e no campo, o trono de D. João I ficou inabalável. Seguindo o parecer dos ingleses, seus aliados e mestres na nova tática militar com que vieram a esmagar em Azincourt a cavalaria francesa, o Mestre de Avis entricheira o seu pequeno exército. Nortberry, Hartcelle e d'Artberry, capitães [ingleses], traçaram a *carriagem*. Cortaram-se ramos de árvores com os quais se levantou uma estacada para paralisar as cargas da cavalaria; ao meio dessa estacada, um carreiro estreito, internamente bordado por arceiros e besteiros a pé, estava aberto, como uma tentação e um laço, ao ardor fidalgo dos inimigos.

O saldo de mortos foi de 1000 homens lusitanos contra 4000 castelhanos, mais 5000 prisioneiros inimigos. Nos dias subsequentes a batalha, acredita-se que mais 5000 soldados castelhanos em fuga tenham sido chacinados pela população portuguesa revoltada. A "Batalha Real", alcunha dada pelo cronista português Fernão Lopes ao feito em Aljubarrota, entretanto, não encerrou a guerra. Em outubro do mesmo ano, os portugueses obtiveram nova vitória em Valverde de Mérida, "[...] passando pelas tréguas de 1389, pelas novamente celebradas em 1393, pelo recrudescimento das hostilidades entre 1396 e 1402, até ao definitivo estabelecimento da paz entre Portugal e Castela, nesse mesmo ano, e sua reafirmação pelo tratado de 1411" (SOUSA, 2011, p. 152), assinado em Ayllón, Segóvia. A essa altura, Castela vinha sendo governada por Henrique III, filho de Juan I com sua primeira esposa, Leonor de Aragão, tendo Juan de Castela morrido em 1390, logo após as tréguas de Monção. O filho e sucessor nenhum direito tinha sobre a Coroa de Portugal, muito menos interesse em continuar a guerra com o país vizinho, o qual consolidava a cada ano que passava a Dinastia de Avis, a segunda dinastia a governar Portugal (LENCASTRE, 2012).

No plano econômico e social, apesar dos sucessos militares e da manutenção da independência portuguesa perante Castela, todo o reinado de João I esteve imerso numa gravíssima crise econômica, monetária e social. Segundo Sousa (op. cit., p. 155), a constante subida de preços e salários fez o país passar por sua maior inflação da história, as sucessivas reformas monetárias fracassaram e os metais preciosos do reino escassearam, obrigando Portugal a adotar muitas vezes moedas estrangeiras para substituir a nacional. Outro fator de agravamento da crise foi o surgimento da nova nobreza, formada por nobres de segundo escalão, nobres bastardos e filhos não primogênitos, os quais apoiaram João I desde o início dos conflitos. De modo a compensar o apoio ofertado e muito bem aproveitado nos campos de batalha, o rei e seus conselheiros concederam uma série de doações e mercês, o que provocou o contínuo decréscimo dos cofres reais.

Já o plano diplomático do conflito é um dos mais explorados pela historiografia, tendo em vista a participação ativa no conflito dos países antagonistas Inglaterra e França, que ainda lutavam a Guerra dos Cem anos. Assim que D. João de Avis tornou-se rei de Portugal, tratou de enviar representantes diplomáticos à Inglaterra, a Roma e a países aliados em busca do reconhecimento de sua ascensão ao trono, da nova dinastia e de sua causa pela manutenção da independência portuguesa

em relação aos mandos e desmandos de Castela, sendo imediatamente correspondido pela primeira, pois o duque de Lencastre, João de Gaunt, irmão do rei inglês, tinha pretensões ao trono de Castela. A assinatura do Tratado de Windsor em 1386 assinalou o reconhecimento do novo rei português por parte da Inglaterra, enquanto D. João I apoiava as pretensões do duque para invadir Castela e tomar o trono. O acordo foi legitimado com o casamento de João I e Filipa de Lencastre, filha do duque, apesar de, no ano seguinte, seu agora sogro ter desistido dos castelhanos e forçado, assim, a retirada das tropas britânicas da península ibérica.

Quanto a Roma, o então papa Bonifácio IX, em 1391, dispensou D. João I de seus votos religiosos, afinal, ele ainda pertencia a Ordem de Avis como cavaleiro-monge, e reconheceu a legitimidade do nascimento do novo monarca, o que caracterizou a aceitação da dinastia perante a Cristandade. Portugal, desde então, se tornaria um dos mais fervorosos países católicos do mundo, tendo isso se refletido em suas colônias ultramarinas anos depois.

Mas a consequência maior no plano das relações internacionais foi a necessidade de expansão de Portugal para fora de suas fronteiras, definitivamente delimitadas após a guerra contra Castela. A crise econômica e social, juntamente ao esvaziamento dos cofres e a ausência de ação bélica da nobreza, ansiosa por continuar enriquecendo em bens e prestígio, obrigou Portugal a procurar novos rumos e lugares onde pudesse exercer suas atividades de força e angariar estabilidade. Conforme afirma Fausto (2013, p. 22), no início do século XV a ideia de expansão correspondia aos interesses de diversos setores engajados no conflito e que compunham uma parcela expressiva da sociedade portuguesa. Entre eles estavam comerciantes, nobres, membros da Igreja, o rei e o próprio povo, ansioso por emigrar e tentar uma vida melhor, tornando a expansão um verdadeiro projeto nacional a ser posto em prática, o que não demorou muito a acontecer. Os olhos de Portugal voltaram-se primeiramente para a África, com a tomada do porto marroquino de Ceuta em 1415, seguida dos empreendimentos de exploração marítima às ilhas atlânticas a partir de 1419. Ao longo de toda a Dinastia de Avis, ver-se-á com os filhos e descendentes de D. João I o engajamento em explorar mares e continentes, ocupar cidades e instalar entrepostos portugueses, fundar escolas de navegação e cartografia, expandir a construção náutica e ampliar consideravelmente o comércio marítimo mundial (LOYN, 1997). Foi dessa forma que, ao final do século, os portugueses conseguiram alcançar um vasto território quilômetros a oeste de Cabo Verde, atraindo a cobiça e a inveja de grandes nações europeias, inconformadas por um pequeno país peninsular, na ponta da Europa, ter conseguido feito tão grandioso: encontrar e colonizar aquele que ficou conhecido na história e geografia mundiais como Brasil, considerado por muitos o caso mais bem-sucedido de Portugal. Nascia, assim, o vasto império português.

A história de Portugal, para quem desconhece, parece se iniciar com a Revolução de 1383-1385, cujo auge se encontra na célebre Batalha de Aljubarrota e a consequente instauração da Dinastia de Avis, com seu fundador, João I, ascendendo ao trono português. A batalha significou uma luta na linha sucessória deixada com a morte de Fernando I, ao mesmo tempo em que se tornou uma luta por independência das ameaças cada vez mais concretas do Reino de Castela, governado por Juan I. A todo custo, Portugal buscou sua afirmação como reino e país independentes, livre da dependência do vizinho ambicioso e fazendo emergir um sentimento de identidade que congregou desde as classes mais abastadas até a mísera população nos campos. A supremacia na disputa de forças com o inimigo e a ousadia posterior a vitória sobre o inimigo castelhano proporcionaram a Portugal uma sensação de liberdade que parecia nunca ter sido antes sentida, possibilitando a construção da identidade e da cultura do povo português, a qual se espalharia em meio às descobertas, explorações e colonizações de outros povos e lugares jamais imaginados. Mesmo em grave crise após um conflito que se arrastara por anos, Portugal soube se reerguer e fazer aliados poderosos, como os ingleses e a própria Igreja, instituição dominante durante toda a Idade Média. Dessa forma, reconhece-se a capacidade portuguesa de homogeneizar e centralizar seus interesses, de modo a que pudesse se firmar como

reino, império, país e nação. Não é à toa que Martins (2010) insiste em afirmar que a Idade Média portuguesa acabou em Aljubarrota. A Época dos Descobrimentos Marítimos, seu maior feito, o atesta.

#### Referências:

- FAUSTO, Boris. As causas da expansão marítima e a chegada dos portugueses ao Brasil. In: \_\_\_\_\_. **História do Brasil**. 14 ed. atual e ampl. São Paulo: Editora da USP, 2013. p. 19-22. (Col. Didática, I).
- FUNDAÇÃO BATALHA DE ALJUBARROTA. **A Batalha de Aljubarrota**. Leiria, [s.d.]. Disponível em: < [http://www.fundacao-aljubarrota.pt/archive/doc/A\\_Batalha\\_de\\_Aljubarrota.pdf](http://www.fundacao-aljubarrota.pt/archive/doc/A_Batalha_de_Aljubarrota.pdf)>.
- LENCASTRE, Isabel. El-Rei Bastardo. In: \_\_\_\_\_. **Bastardos Reais: os filhos ilegítimos dos reis de Portugal**. Lisboa: Oficina do Livro, 2012. Versão digital.
- LOYN, H. R. (Org.). Portugal. In: \_\_\_\_\_. **Dicionário da Idade Média**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1997.
- MARTINS, Oliveira. A Crise. Livro Segundo: História da Independência (Dinastia de Borgonha: 1109-1385). In: \_\_\_\_\_. **História de Portugal**. Braga, Portugal: Edições Vercial, 2010. Versão digital.
- SOUSA, Bernardo Vasconcelos e. A Dinastia de Avis e a refundação do Reino (1383-1438). In: RAMOS, Rui (Coord.). **História de Portugal**. Lisboa: Esfera dos Livros, 2009. p. 148-66. Versão digital.

x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x-x

## O soldado anônimo e a fronteira do rio Madeira ao Guaporé.

Por Dante Ribeiro da Fonseca

### Coronel “Teixeirão” e o Dia do Guerreiro de Selva



No dia 1º de junho é comemorado pelo Exército Brasileiro o “Dia do Guerreiro da Selva”. Essa data comemorativa estabelece uma profunda relação com Rondônia, pois foi instituída em homenagem ao coronel da arma de artilharia Jorge Teixeira de Oliveira, último governador do Território de Rondônia e o primeiro do Estado de Rondônia. O coronel Teixeira, ou Teixeiraão, como era popularmente conhecido, era um gaúcho apaixonado pela Amazônia. As realizações mais importantes de sua carreira estão vinculadas a esta região, iniciando com a organização do Centro de Instrução de Guerra na Selva (CIGS), do qual foi o primeiro comandante (1964 a 1971). Daí para o primeiro comando do Colégio Militar de Manaus e depois de reformado, prefeito daquela cidade nos anos seguintes até que as-sumiu o governo de Rondônia em 1979, já na reserva, cargo no qual permaneceu até 1985.

Foi deste modo que o coronel eternizou seu nome como combatente de selva, daí a homenagem do Exército Brasileiro. Teixeiraão deu continuidade a uma história secular. A conquista do Brasil pelos portugueses se deu em grande parte a pé, particularmente o avanço colonizador sobre o Mato Grosso, do qual Rondônia herdou mais de 85% do seu atual território. Foram de pedestres os primeiros regimentos do Guaporé lusitano, compostos, segundo a tradição guararape, de índios, tapuios, negros, mulatos, europeus e neo-brasileiros. Atuaram esses regimentos nas selvas do norte do Mato Grosso. Hoje são chamados infantess de selva, e é esse seu grito de guerra e saudação: Selva!

Essa história inicia quando da conquista da fronteira colonial do Brasil. Nesse período, a política de aliança militar com os nativos foi uma constante, particularmente durante o período pombalino. Além dessas alianças, realizadas com grupos inteiros, o tapuio, nativo recentemente desenraizado e agregado à população colonial, assim como os africanos e seus descendentes eram largamente utilizados na defesa de nossa fronteira oeste. A conquista, realizada a pé, consolidou a presença na região do soldado pedestre dessas diversas origens étnicas que ainda hoje compõem as nossas infantarias de selva.

Já em carta de 1754, o capitão-general do Grão-Pará Mendonça Furtado (1751-1759) informa que enviara uma guarda militar para Trocano (Borba), para conter o contrabando de ouro que por ali passava. Antes mesmo da elevação do aldeamento de Borba à categoria de vila (1756), o marquês de Pombal escrevia a Mendonça Furtado, em julho de 1755, instruindo-o a conceder aos nativos patentes de oficiais. Em 1767, Mendonça Furtado, agora no cargo de Secretário de Estado da Marinha e Ultramar, mandava expedir todas as patentes de confirmação, provendo nativos para os corpos auxiliares ao capitão-general do Grão-Pará, Ataíde Teive (1763 e 1772). O 1º comissário da 4ª divisão de limites Pereira Caldas, em resposta datada de 28 de junho de 1786 à carta do comandante militar de Borba, orientava-o para realizar a aliança militar com os indígenas muras, segundo ele benéfica para proteger os territórios consolidados pelo Tratado de Madri. Os capitães-generais fizeram provisão de patentes aos nativos durante a segunda metade do século XVIII. O fato tornou-se tão corriqueiro, que foi necessário a rainha D. Maria I chamar à atenção em 1778 a Pereira Caldas, quando capitão-general do Grão-Pará (1772-1780), para o fato de que a coroa precisava confirmar as referidas patentes.

No Mato Grosso, a Guerra aos paiaguás, em 1734, levou à formação de uma tropa de 842 homens, sobre a qual o cronista Barbosa de Sá revela que os brancos detinham os cargos militares, e pretos, índios e mestiços eram soldados. A partir do governo do primeiro capitão-general do Mato Grosso, Rolim de Moura (1751-1765), foi mais bem organizada a defesa da capitania, reunindo inclusive os índios junto aos destacamentos militares. Dentre as instruções levadas ao Mato Grosso pelo seu primeiro capitão-general, havia a ênfase especial na constituição de corpos militares que defendessem a fronteira dos espanhóis. Determinavam as ordens reais, que todos os moradores da capitania se alistassem nas ordenanças. Rolim de Moura criou dois corpos voluntários pedestres constituídos de mulatos e caborés.

Em 1760, os portugueses ocuparam as edificações do antigo aldeamento Santa Rosa, que os jesuítas espanhóis haviam instalado na margem direita do rio Guaporé em 1743 e que foi abandonado em razão do Tratado de Madri, onde:

*[...] cuidou em reparar alguns dos referidos edifícios [...] montou guarda que ficou assim composta: 27 dragões; 13 pedestres e 20 soldados aventureiros e perto de 40 homens entre índios e escravos.* (LEVERGER, 1949. p. 251).

Rolim de Moura, denominava aventureiros aos sertanistas que antes de sua chegada entraram pelos rios do Mato Grosso para escravizar os indígenas e minerar. Ordenou que eles assentassem praça com soldo, mas sem fardamento.

Em 1763, tropas espanholas compostas por 1.200 homens, muitas canoas, peças de artilharia, armas e munições, acantonaram-se nas margens do rio Guaporé, com o objetivo de ocupar a margem direita daquele rio. O destacamento português de Santa Rosa, agora denominado de Nossa Senhora da Conceição, possuía então um efetivo de 224 pessoas, a saber: *[...] 3 oficiais, 1 sargento, 6 cabos e 60 soldados, 3 aventureiros, 13 pedestres, 24 índios e 114 negros* (LEVERGER, 1949. p. 254).



As tropas espanholas ocuparam a barra do rio Itonamas, de onde intentaram impedir com artilharia o acesso fluvial para Vila Bela e cortar as comunicações dessa cidade com o efetivo de Nossa Senhora da Conceição. Com a chegada dos reforços pedida por Rolim de Moura foi realizado o ataque com 24 dragões, seis infantes e pedes-

tres: mulatos, negros, escravos e índios carijós, mais alguns brancos.

Esses regimentos, chamados de pedestres, eram na verdade compostos por infantes de selva. Lutando no ambiente da hileia amazônica, assim descreve Rolim de Moura em 1755 o regimento de pedestres adidos à Companhia de Dragões:

*Andam sempre descalços de pé e perna, o seu único vestido é um jaleco e umas bombachas. A armas de que usam, uma espingarda sem baionetas uma bolsa de caça e uma faca de mato.* (LEVERGER, 1949, p. 247).

Outra descrição dos bandeirantes, provenientes de São Paulo, assim os retrata: vestem-se de calças de algodão e altas pederneiras, camisa de algodão sobre a qual exibem um gibão de couro ou vestimenta estofada para protegê-los das flechas. Quase sempre andam descalços e protegem a cabeça com um chapéu de palha com abas largas, levam uma bolsa de couro a tiracolo, uma cuia para comer e um cantil de chifre para beber (GÓES FILHO, 2015, pp. 119-120).

Apesar dessa pobreza de recursos, declara Rolim de Moura o valor de seus serviços, sem os quais mesmo os Dragões (tropas de linha) não poderiam realizar nenhuma diligência nos povoados interioranos. Eram pilotos, remeiros e guerreiros. Bons atiradores penetravam nas matas e sertões, bons nadadores e nada embaraçava seu caminho.

A prevenção contra possíveis ataques dos castelhanos, às posições de fronteira, era uma preocupação permanente do governo metropolitano. A esse respeito, em 1765, o capitão-general do Mato Grosso, João Pedro da Câmara Coutinho informou ao rei D. José I das tropas de milícias do Mato Grosso estavam assim compostas: 97 oficiais e soldados brancos da Companhia de Ordenança; 28 homens bastardos filhos de índias com homens brancos sujeitos à Companhia de Ordenança; 75 oficiais e soldados pretos da Companhia de Ordenança; 71 oficiais e soldados pardos da Companhia de Ordenança deslocados da Vila de Cuiabá e do destacamento de Nossa Senhora da Conceição para guarnecer a capital Vila Bela; 147 homens da Companhia de Dragões; 6 soldados aventureiros e 121 soldados pedestres (TULUX, 2011, p. 9).

Com a entrada do século XIX e a independência do Brasil e da Bolívia, as questões fronteiriças somente se tornaram violentas a partir de 1898, com o início da Rebelião Acreana. Contra o Paraguai, declarou o Império uma guerra que durou de 1865 a 1870. Contudo, a fronteira Guaporé-Madeira não foi objeto de maior preocupação por parte do Brasil, na medida em que as operações de guerra concentravam-se mais ao Sul do Mato Grosso. Segundo Ferreira Reis, a Guarda Nacional foi autorizada pelo governo a prestar serviço militar na defesa das fronteiras. Conforme notícia do jornal *The Anglo-Brazilian Times* do Rio de Janeiro, datada de 9 de fevereiro de 1865 e publicada no número 3, ano 1 de 10 de março daquele mesmo ano, o navio Pirajá partiu de Manaus com destino ao rio Madeira para substituir as guarnições de Borba, Baetas e Santo Antônio pelos voluntários da Guarda Nacional.

É evidente que essas tropas de linha substituídas seguiriam para o teatro de operações de guerra. Apesar dessa participação, o forte Príncipe da Beira, construído entre 1776 e 1783,

não desempenhou nenhum papel importante nesse conflito. É que estava fora do teatro de operações. Sequer é citado no relatório do Ministro de Guerra de 1865 e nem do Presidente da Província de Mato Grosso. Na sua viagem de inspeção de fronteira em 1878 o general João Severiano da Fonseca dá conta das guarnições do Guaporé. No destacamento de Pedras Negras encontra apenas um sargento e dois soldados. Sobre o Forte Príncipe da Beira, Severiano da Fonseca informa-nos que havia naquela localidade em 1822, uma população de 477 pessoas, mas quando por lá passou em 1878 encontrou apenas uma guarnição composta por quatorze soldados e um sargento.

Ainda na Primeira República, o índio e seus descendentes foram utilizados como elementos de consolidação das fronteiras. O Ministro de Estado da Indústria, Viação e Obras Públicas, Miguel Calmon du Pin e Almeida, em 1907, recomendou que nas obras de construção da linha telegráfica de Cuiabá até Santo Antônio do Rio Madeira, fossem instaladas colônias indígenas no entorno das estações telegráficas. Algumas delas foram entregues posteriormente aos cuidados desses nativos, como foi o caso de estação de Vilhena (RO).

Em 23 de setembro de 1932, foram criados três Contingentes de Fronteira visando proteger a fronteira Madeira/Guaporé. Situavam-se em Porto Velho (Madeira), Guajará Mirim (Mamoré) e Forte Príncipe da Beira (Guaporé). Cada um desses contingentes funcionava com oficiais comissionados e possuíam o seguinte efetivo: um segundo sargento, dois cabos e trinta soldados. Apenas no Forte Príncipe da Beira a esse contingente era acrescido, em razão da necessidade de cuidados da fortaleza: [...] *além do 2º Sargento comandante, dois cabos e quinze soldados.* (FERREIRA, 1936, p. 36).

Em 1934 o contingente de Porto Velho foi aumentado para 117 homens com a absorção do efetivo orçamentário do Contingente de Linhas Telegráficas.

As promoções nesses contingentes respeitavam o princípio de que os militares atuavam em região com dificuldades de todo tipo. Recomendava, portanto, como imperativo a escolha dos mais aptos e capazes. Assim, o Aviso que criou esses contingentes recomendou o aproveitamento da “população aclimatada”, vale dizer os nossos caboclos, majoritariamente descendentes dos indígenas. Ainda, que na promoção a cabos e sargentos fosse aproveitado o pessoal dos contingentes.



Desse contingente inicial surgiu a 17ª Brigada de Infantaria de Selva, Brigada Forte Príncipe da Beira, que hoje defende essa parte do território nacional, tão duramente conquistada pelos nossos antepassados.

Por último, devo destacar, que é à ao contingente dessa brigada, um pelotão estacionado junto ao Forte Príncipe da Beira, que devemos à conservação daquele monumento histórico, que década após década jaz no descaso, apenas minimizado pelas mãos daqueles soldados. Assim é que, as paredes das casernas, que há poucos anos sustinham-se, somente ainda não desabaram porque esses soldados providenciaram escoras.



Penso que está na hora de acabarmos com isso, restaurar a fortificação, o maior monumento militar e parte integrante de nossa história. É imperativo, entregá-lo à ocupação de seus naturais ocupantes, é de justiça. Melhor seria, para a conservação da fortaleza, que o pelotão após restauradas as casernas, funcionasse dentro do forte.

Por essas e outras razões devemos dar vivas a esses destemidos pioneiros, que ombreiam com a população, anonimamente,

a construção de Rondônia nesses rincões de nossa pátria.

Salve o soldado anônimo, à memória do infante pedestre do passado: salve o guerreiro de selva!

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X



***GRANDE INFANTARIA BRASILEIRA, SEMPRE TU, SEMPRE PRESENTE, SEMPRE NOSSA. GRANDE SAMPAIO, IMPOLUTO GUERREIRO, RESILIENTE E RESISTENTE! 208 ANOS DO TEU NASCIMENTO!***

X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X-X

***ATENÇÃO PARA O CURSO DE POLÍTICA, ESTRATÉGIA E GESTÃO DA ADESG/RS (ABAIXO)***

# CEPE CEPEG

55 anos formando LÍDERES 2018

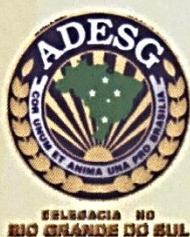
A **Escola Superior de Guerra** é um instituto de altos estudos voltado a profissionais de direção e planejamento. A Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra – **ADESG** – tem delegação para a difusão da sua metodologia através dos CEPES. No Rio Grande do Sul são em torno de oito mil participantes, desde 1962.

A **Faculdade Luterana São Marcos** forma administradores capazes de gerenciar, com excelência, qualquer tipo de organização.

O CEPE/CEPEG de Porto Alegre é um curso de extensão universitária, promovido pela ADESG, Delegacia no Rio Grande do Sul, em parceria com a Faculdade Luterana São Marcos, denominado **Curso de Extensão em Política, Estratégia e Gestão** (CEPEG) que estimula a formação de líderes e coloca à disposição dos alunos, profissionais de todos os setores para ministrar palestras e realizar debates sobre temas de interesse geral.

Ao mesmo tempo, apresenta um conteúdo inexistente no currículo tradicional do ambiente universitário como Inteligência Estratégica; Estratégia Nacional de Defesa; Aspectos Relacionados com o Terrorismo; Fundamentos da Geopolítica; Planejamento Estratégico; Evolução Organizacional e Gestão de Crises; Elementos Teóricos de Economia; O Estado, o Governo e a Administração; A Estratégia e o Desenvolvimento Nacional; e Trabalhos em Grupo, bem como, outros assuntos importantes na formulação de um planejamento estratégico consistente para a implantação de projetos.

ANÁLISE | CENÁRIOS | ESTRATÉGIA | CONTROLE | RESULTADOS



A **Escola Superior de Guerra** é um instituto de altos estudos voltado a profissionais de direção e planejamento. A **Associação dos Diplomados da Escola Superior de Guerra** – ADESG – difunde sua metodologia através dos CEPES. No Rio Grande do Sul são mais de oito mil participantes, desde 1962.

A **Faculdade Luterana São Marcos**

forma administradores com competência gerencial de excelência para planejamento, administração,

organização e controle. A parceria com a **ADESGRS** permite difundir os conhecimentos de seus professores e agregar ao seu curso de Administração as experiências dos alunos do CEPE.



*Informações e inscrições:*

Rua dos Andradas, 904/603 - 6º andar - Centro

[www.adesgrs.org.br](http://www.adesgrs.org.br) [adesgrs@adesgrs.org.br](mailto:adesgrs@adesgrs.org.br)

51 3228-2710



**CURSO DE EXTENSÃO  
POLÍTICA, ESTRATÉGIA e GESTÃO**

**TRADIÇÃO NA DESCOBERTA DE NOVOS CAMINHOS**

Faça parte da família Adesguiana no Rio Grande do Sul e frequente um Curso de Extensão Universitária com debates de questões de interesse da sociedade e matérias que enriquecerão seu currículo, numa visão multidisciplinar e transparente.

**CURSO**

- Período: 28 de maio até 25 de outubro de 2018
- Duração: 22 semanas, totalizando 213 horas
- Dias e horários: 2ª e 3ª feiras, das 19h às 22h e, em algumas 4ª feiras, visitas de estudo no horário comercial.
- Local: Rua Sete de Setembro, 604/14º – Centro Histórico

**INSCRIÇÕES**

- 20 de março até 23 de maio
- Investimento: R\$ 3.750,00 - com 10% de desconto à vista ou entrada de R\$ 500,00 + 5 parcelas de R\$ 650,00.
- Informações: fone (51) 3228-2710
- Pré-matrícula: na sede da entidade, de 2ª à 5ª feira, das 14h30 às 17h30 ou por e-mail: [adesgrs@adesgrs.org.br](mailto:adesgrs@adesgrs.org.br)
- Matrícula: agendada com entrevista
- Viagem de estudos: nacional ou internacional, opcional e não incluída no investimento.

**PÚBLICO-ALVO**

Profissionais com curso de nível superior, profissionais liberais, executivos; funcionários públicos; oficiais das FFAA e profissionais da Segurança Pública; pesquisadores; professores e acadêmicos (nos semestres finais da formação).

**CEPEG/2018** **VAGAS LIMITADAS**

**INSCRIÇÃO DEFINITIVA**

É necessário a apresentação de Currículo Vitae completo; Cópia do Diploma de nível superior; Cédula de Identidade ou Carteira de Ordem ou Conselho; Ficha de Inscrição: duas fotos 3x4 coloridas (homens com gravata).

A confirmação da matrícula será após a seleção - entrevista e análise de currículo - e o pagamento da taxa de inscrição.

**CERTIFICAÇÃO**

Os Certificados da ADESG e da Faculdade São Marcos serão entregues em Sessão-Solene de Encerramento.

**CONDIÇÕES PARA CERTIFICAÇÃO**

- Frequência mínima de 70% nas atividades programadas, nas respectivas fases;
- Participação efetiva na elaboração do Trabalho em Grupo; nos debates com os palestrantes e nas visitas programadas.
- Estar quites com as suas obrigações financeiras para com o Curso e a ADESG/RS.

**EDITOR:****LUIZ ERNANI CAMINHA GIORGIS****CEL INF EM, PRESIDENTE DA AHIMTB/RS****LECAMINHA@GMAIL.COM****SITES: WWW.AHIMTB.ORG.BR E WWW.ACADHISTORIA.COM.BR****SITE DO NEE/CMS: WWW.NEE.CMS.EB.MIL.BR****SITE DO NÚCLEO MILITAR DE GRAMADO: WWW.NUCLEV.COM****BLOG DA DELEGACIA DA AHIMTB/RS EM CRUZ ALTA:****HTTP://ACADHISTORIACRUZALTA.BLOGSPOT.COM.BR/**